

PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO DE SAÚDE: Desafios no Programa Bolsa Família.

RESUMO

Dentro das Políticas Públicas, nos deparamos com o Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003, a partir da unificação de outros programas federais. Dentre vários os estudos que mostram os benefícios envolvendo o PBF, também encontramos as dificuldades envolvendo a pesquisa em políticas públicas como o programa. Objetiva-se em descrever a experiência de realizar uma pesquisa de iniciação científica envolvendo o programa Bolsa Família, evidenciando dificuldades e desafios na pesquisa em políticas públicas na cidade de Guaxupé, no sul de Minas Gerais. A metodologia é composta do trajeto metodológico proposto para execução da pesquisa de iniciação científica, sendo coletas de dados antropológicos e questionários da População beneficiária do Programa e não beneficiários. Os resultados evidenciam a dificuldade da pesquisa nas políticas públicas, nos mostrando questões como a intersetorialidade, Administração e falta de compromisso dos envolvidos no processo.

Palavras-chave:

Bolsa Família, Políticas Públicas, Desafios, Pesquisa.

1. INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado em 2003 a partir da unificação de outros programas federais. No ano de 2015 foram gastos cerca de R\$340 Bilhões no programa segundo Portal da Transparência.

Sabemos que vários são os estudos que mostram os benefícios envolvendo o PBF, como de Santos (2007) e o PNUD (2012), porém, também encontramos as dificuldades envolvendo a pesquisa em políticas públicas como o programa. Magalhães et al (2011), nos aponta em seu artigo, a dificuldade encontrada ao se discutir a implementação do PBF em Manguinhos, Zona Oeste do Rio de Janeiro, levando em consideração, a intersetorialidade, convergência e a sustentabilidade. Os autores, colocam que cresce a importância de pesquisas voltadas ao acompanhamento de experiências capazes de trazer novos elementos para a reflexão sobre obstáculos, conflitos e alternativas na trajetória de implementação do PBF no país. Desta forma o artigo se propõe a descrever o percurso metodológico de uma pesquisa envolvendo o PBF, evidenciando suas dificuldades e necessidades acerca do desenvolvimento da pesquisa científica.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um trabalho de cunho qualitativo e recentemente aprovada em Comitê de Ética sob parecer 1.595.497, buscando avaliar fatores associados ao peso corporal de adolescentes beneficiários do PBF de Guaxupé-MG..

Para o estudo os PSFs da cidade, sendo estes 15, passariam por processo de sorteio, no qual os dados necessários seriam provenientes do acompanhamento obrigatório do beneficiário. Quanto aos participantes do estudo, foram divididos em 2 grupos: a) Beneficiários do PBF e o b) grupo controle, que são adolescentes que não são beneficiários do PBF, em ambos os grupos haveria a participação dos adolescentes e seus responsáveis. Como critério de inclusão da família do grupo controle, estes deveriam morar próximo a família beneficiária e em sua composição, haver um adolescente na mesma faixa etária e sexo.

Quanto aos dados coletados, estes seriam referentes ao peso e estatura para cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC) e a resposta a questionários referentes a nível de atividade física e hábitos alimentares.

Durante todo o percurso da pesquisa, que ainda se encontra em fase de coletas, houveram empecilhos que nos levaram a construção deste trabalho. A proposta é descrever os desafios da pesquisa a partir da proposta supracitada do cronograma.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A proposta do cronograma se daria onde no mês de Março/2016, fosse feita toda a listagem e a seleção dos beneficiários do programa que participariam da pesquisa, assim como seu grupo controle. Este fato ocorreu com bastante demora devido a dificuldades encontradas na gestão do programa em questão. Assim como Magalhães et al (2011) descrevem em seu trabalho, o PBF utiliza da intersetorialidade, no qual acaba por ser coordenado por diferentes secretarias, entre elas a de Desenvolvimento Social, Educação, Saúde dentre outras.

Inicialmente na pesquisa, buscamos diretamente os coordenadores dos PSFs da cidade, na qual nos direcionaram ao centro utilizado para assuntos relacionados somente ao PBF.

Desta forma, para iniciarmos a listagem dos beneficiários, iniciaram-se os desafios, já que a cidade possui um centro utilizado apenas para serviços referentes ao PBF, porém esse centro encontra-se localizado junto a Secretaria de Assistência Social. Na secretaria, fomos recebidos pela coordenadora do programa na cidade, onde nos explicou o mecanismo de funcionamento do programa, evidenciando o trabalho intersetorial entre as secretarias já citadas. Nessa secretaria, a coordenadora informou-nos que ali estavam presentes dados

somente referentes ao cadastro da família do beneficiário, que atualmente eram de 1.791 famílias, e não a cada um dos beneficiários. Continuou ainda e disse que dados referentes a nossa pesquisa (Peso, Altura), não se encontravam em posse daquela secretaria, mas sim da secretaria de saúde, afirmando que a pesagem e acompanhamento nutricional não faziam parte do trabalho naquela secretaria. A partir da fala da Coordenadora, somos novamente voltados a Magalhães et al (2011) e a fala da assistente social em questão:

“Aqui fico responsável apenas pelo sistema mais burocrático. Não sei como funciona essa coleta não. Só temos o controle dessa tabela que colocamos quem encontramos e quem não encontramos pra fazer o recadastramento. Na (secretaria) saúde que eles são responsáveis por isso.” (assistente social)

Dessa forma, fomos voltados a recorrer a Secretaria de Saúde na qual fomos recebidos pela secretária de saúde do município, que nos explicou como funcionava o acompanhamento de peso e estatura de beneficiários do programa em Unidades Básicas de Saúde (UBS). Nos apontou uma frase na qual, o acompanhamento de peso e altura deve ocorrer apenas “para mulheres gestantes e crianças menores de 7 anos.” (BRASIL, 2009)

Assim, em conversa com a secretária, fomos autorizados a realizar a coleta em nosso público alvo, os adolescentes de 14 a 17 anos, porém, por forma de facilitar o encontro a esses adolescentes, nos foi indicado a procurar a Secretaria de Educação, para que essas coletas fossem feitas nas escolas, facilitando a proposta, já que em nova visita ao PSF, estes disseram que não haviam estes dados por controlarem peso e altura somente até os 7 anos, como proposto no programa.

Buscamos a Secretaria de Educação da cidade, na qual colocou que pelo público buscado, a conversa deveria ser feita diretamente com a diretoria de cada escola ou então diretamente a Superintendência Regional de Ensino (SRE). Buscamos a forma mais rápida, e entramos em contato com as escolas da cidade. Foram encontradas 5 escolas públicas abrangendo o público da pesquisa. Foi entregue em cada escola, uma cópia da Pesquisa a ser desenvolvida e formas de contato para que se houvesse alguma dúvida, esclarecê-la.

Após esse momento, recebemos a resposta das 5 escolas, na qual apenas 1 aceitou participar da pesquisa, enquanto as outras apontavam não poder participar, pelo fato de exporem seus alunos sem que a SRE não tenha sido comunicada sobre a pesquisa. Buscando então esclarecer a todos pela pesquisa, encaminhamos o parecer do comitê de ética, assim como buscamos contato com a SRE, na qual aguardamos até os atuais dias, respostas sobre o andamento da pesquisa.

4. CONCLUSÕES

O principal problema para desenvolvimento da pesquisa pode-se tratar da falta de intersetorialidade, assim como falta de compromisso e administração na proposta do programa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), pelo financiamento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

SANTOS, Iuri Sampaio. BOLSA FAMÍLIA: CONCEPÇÕES, ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DESTE PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM ENFOQUE NO ASSISTENCIALISMO. 2007. 59 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

PNUD (Brasília) (Ed.). Pesquisa avalia impactos do programa Bolsa Família. 2012. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3632>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

MAGALHAES, Rosana et al . Intersetorialidade, convergência e sustentabilidade: desafios do programa Bolsa Família em Manguinhos, RJ. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 16, n. 11, p. 4442-4453, Nov. 2011 .

DISTRITO FEDERAL. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (senarc). Ministério da Saúde. Bolsa Família. 2004. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual de orientações sobre o Bolsa-Família na saúde. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.